de Unidades SEDUC na Escola (USE) e gestores de Unidades Regionais de Educação (URE) e demais Unidades Administrativas envolvidas no processo atuarem em permanente articulação e integração, para garantia do direito fundamental de acesso e permanência na Educação Básica.

CAPÍTULO I

DA LOTAÇÃO DE PROFESSORES EM REGÊNCIA DE CLASSE

Art. 3º A jornada de trabalho do professor será de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, constituída de horas-aula (regência de classe) e horas-atividade.

§ 1º As horas-atividade correspondem a 25% (vinte e cinco por cento) da jornada de trabalho em que estiver enquadrado o professor e serão cumpridas preferencialmente na escola, obedecendo-se os limites abaixo:

I - O professor lotado na jornada de 20 (vinte) horas semanais ou 100 (cem) horas mensais ministrará 15 (quinze) horas aulas e 5 (cinco) horas-atividades semanais ou 75 (setenta e cinco) horas aulas e 25 (vinte e cinco) horas-atividades mensais, com a remuneração correspondente a jornada.

II - O professor lotado na jornada de 30 (trinta) horas semanais ou 150 (cento e cinquenta) horas mensais ministrará 22 (vinte e duas) horas aulas e 8 (oito) horas-atividades semanais ou 110 (cento e dez) horas aulas e 40 (quarenta) horas-atividades mensais, com a remuneração correspondente a jornada.

III - O professor lotado na jornada de 40 (quarenta) horas semanais ou 200 (duzentas) horas mensais ministrará 30 (trinta) horas aulas e 10 (dez) horas atividades semanais ou 150 (cento e cinquenta) horas aulas e 50 (cinquenta) horas atividades mensais, com a remuneração correspondente a jornada.

§ 2º Toda aula ministrada acima do limite de regência de classe de 30 (trinta) horas semanais ou 150 (cento e cinquenta) horas mensais, será remunerada como aula suplementar até o limite de 14 (quatorze) horas semanais ou 70 (setenta) horas mensais, acrescidas das horas-atividade a elas correspondentes.

§ 3º As aulas suplementares só serão concedidas aos professores que excederem a jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 4º Somente serão concedidas aulas suplementares aos professores que estiverem lotados exclusivamente em regência de classe, a esta equiparada a atividade desenvolvida por professores a que se referem os artigos 18 e 37 da presente instrução normativa.

§ 5º A carga horária máxima dos professores em regência de classe não poderá ultrapassar 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou 220 (duzentas e vinte) horas mensais, conforme estabelecido no artigo 7º da Lei nº 8.030/2014.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE PRIORIDADE

Art. 4º A lotação de pessoal nas Escolas e Unidades Administrativas da SEDUC será realizada de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

I - servidores estáveis;

II - servidores estatutários não estáveis;

III - servidores temporários.

Art. 5º A lotação de professores nas escolas públicas estaduais deve ser feita de acordo com a habilitação informada no cadastro permanente de pessoal da SEDUC nas disciplinas constantes das Matrizes Curriculares cadastradas no Sistema de Informação de Gestão Escolar do Pará - SIGEP, e dependerá do número de turmas ofertadas, obedecendo à seguinte ordem de prioridade:

I - Professores efetivos com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais;

II - Professores efetivos com jornada de trabalho de 30 (trinta) horas semanais;

III - Professores efetivos com jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 6º A lotação dos professores constitui ato discricionário da Administração e será prioritariamente em sala de aula, preferencialmente em uma única unidade de ensino, obedecida a jornada de trabalho mínima de 20 (vinte) horas semanais e

máxima de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º Para concentração da carga horária do professor em uma única unidade de ensino, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade:

a) vínculo funcional, de acordo com o estabelecido no art. 4º desta portaria;

b) habilitação específica na disciplina;

c) maior tempo de efetivo exercício na escola;

d) titulação;

e) maior carga horária na escola.

§ 2º A prioridade de lotação dos docentes da rede tecnológica em disciplinas específicas da base tecnológica ou demais códigos de atividades, além da situação funcional e titulação comprovada, fica condicionada ao preenchimento da carga horária da disciplina objeto do concurso, à compatibilidade da habilitação com o perfil da disciplina e do curso, e à observância das normas do Conselho Estadual de Educação e dos Conselhos de Classe que disciplinam a formação e exercício da profissão técnica objeto do curso.

§ 3º Na hipótese de fusão ou extinção de turma, permanecerá lotado o professor que comprovar ter maior tempo de serviço no magistério da rede pública estadual.

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 7º A lotação dos professores na modalidade de Educação Especial (Atendimento Educacional Especializado - AEE) será definida considerando suas competências, conforme Decreto Federal nº 7.611/2011, obedecendo aos seguintes critérios:

I - Lotação de professor em Sala de Recurso Multifuncional: o professor será lotado com uma jornada de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais em regência de classe, acrescida das horas-atividades a ela correspondente.

II - Lotação de professor no serviço de itinerância: o professor será lotado em tantas quantas sejam as escolas em que presta atendimento, em turmas inclusivas, conforme planejamento anual definido pela Coordenação de Educação Especial, para um período de até 12 (doze) meses, dentro do ano letivo em curso, cumprindo-se os 200 (duzentos) dias letivos, com a jornada de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais em regência de classe, acrescida das horas-atividades a ela correspondente.

III - Lotação de professor no Atendimento Hospitalar e Domiciliar: o professor será lotado na jornada de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas em regência de classe, acrescida das horas-atividades a ela correspondente, considerando as necessidades específicas demandadas pelo público-alvo da Educação Especial.

§ 1º A lotação dos professores nas Unidades Especializadas (UEES), Núcleos de Atendimento Especializados, Conveniadas ou Unidades Escolares de ensino regular, para o atendimento de alunos com deficiências, será feita com a jornada de 20 (vinte) ou 40 (quarenta) horas semanais, cumpridas em um turno e dois turnos, respectivamente, com as vantagens do magistério, de acordo com as ações previstas no Projeto Político Pedagógico da Unidade devidamente atualizado, e previamente autorizada pela Coordenadoria de Educação Especial (COEES) e Secretaria-Adjunta de Ensino (SAEN).

§ 2º O professor do Programa de Reeducação Psicomotora (PRP) poderá ser lotado na jornada de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, com as vantagens do magistério da educação especial nos casos em que os subprogramas sejam para atenção aos alunos público-alvo da educação especial, mediante autorização da SAEN.

§ 3º A lotação em serviço de itinerância a que se refere o inciso II só será admitida quando no município de lotação não existir Sala de Recurso Multifuncional.

CAPÍTULO IV

DOS CRITÉRIOS DE LOTAÇÃO NOS ESPAÇOS PEDAGÓGICOS

Art. 8º A lotação nos Espaços Pedagógicos (laboratórios de informática, bibliotecas escolares, salas de leituras e laboratórios multidisciplinares) previstos no Projeto Político Pedagógico de cada escola, somente ocorrerá ao professor

que exercer carga horária em regência de classe, com jornada de 20 (vinte) horas semanais de regência, sendo 04 (quatro) horas diárias ininterruptas, acrescida das horas-atividades a ela correspondente, com as vantagens do magistério, para um período de até 12 (doze) meses, dentro do ano letivo em curso, cumprindo-se os 200 (duzentos) dias letivos, e incluir, obrigatoriamente, os projetos e demais documentos exigidos no Sistema de Acompanhamento de Projetos Pedagógicos (SAPP) para efeito de aprovação.

§ 1º A lotação em Laboratório de Informática só poderá ser efetivada para professor com cursos do PROINFO/NTE, licenciatura em computação ou similar, condicionado ao efetivo funcionamento do espaço e apresentação de relatório trimestral devidamente postado pelo professor no SAPP com validação da direção da escola.

§ 2º A lotação em Biblioteca Escolar ou Sala de Leitura só poderá ser efetivada para professor com Licenciatura Plena em Língua Portuguesa lotados nas disciplinas Língua Portuguesa, Língua Portuguesa II ou Literatura, condicionado ao efetivo funcionamento do espaço e apresentação de relatório trimestral devidamente postado pelo professor no SAPP com validação da direção da escola.

§ 3º A lotação no espaço Laboratório Multidisciplinar só poderá ser efetivada para professores licenciados em biologia, química, física ou matemática condicionado ao efetivo funcionamento do espaço e apresentação de relatório trimestral devidamente postado no SAPP com validação da direção da escola.

Art. 9º Na rede tecnológica, a lotação em projetos ocorrerá ao professor que exercer carga horária em regência de classe, desde que seja realizada através do SAPP, no início do ano letivo em período pré-determinado de 12 (doze) meses, com prioridade para projetos de iniciação científica, com até 20 (vinte) horas semanais, de acordo com a relevância e natureza da atividade, sendo vedada a lotação com carga horária superior a da regência e extrapolação.

§ 1º Nos laboratórios tecnológicos dos cursos técnicos, a lotação de docente deverá ser realizada de acordo com habilitação compatível ao eixo tecnológico e natureza do espaço, com jornada de 20 (vinte) horas semanais, sendo condicionada a lotação em regência no código específico.

§ 2º No laboratório de Informática das escolas que ofertam cursos técnicos do curso de informática será lotado ainda 01 (um) professor responsável pelo laboratório com jornada de 30 (trinta) horas semanais.

§ 3º Nos espaços pedagógicos das escolas de tempo integral, o professor será lotado na jornada de 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas no turno da manhã e 20 (vinte) horas no turno da tarde, respeitando-se a hora-atividade da jornada.

CAPÍTULO V

DOS PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS

Art. 10 Nas escolas integrantes do Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI, desde que ativo e com recursos garantidos, em atendimento ao que dispõe o Documento Orientador 2014 - MEC, deverá ser lotado um Professor Articulador para desenvolver atividades definidas em Instrução Normativa.

§ 1º A atividade de acompanhamento e monitoramento das ações do ProEMI será desenvolvida pelo Professor Articulador para uma jornada de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais com as vantagens do magistério.

§ 2º Em casos excepcionais será permitida a lotação de um Especialista em Educação com jornada de 30 horas semanais para exercer a função de professor articulador do ProEMI.

§ 3º A lotação que trata o caput do artigo ficará condicionada à adimplência do Conselho Escolar para fins de gestão do Programa Ensino Médio Inovador.

Art. 11 Para atendimento as condições estabelecidos no artigo 10, a lotação de um único professor compreenderá:

I - 20 (vinte) horas semanais para escolas com registro de matrícula no Ensino Médio compreendendo o intervalo de 01 a